

ATA DA 005ª SESSÃO ESPECIAL DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2018, EM HOMENAGEM
À CAMPANHA DA FRATERNIDADE, "FRATERNIDADE E A
SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA"
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) -
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a
presente sessão especial.

Agradeço a participação do deputado Padre
Pedro Baldissera, junto à mesa, proponente da
sessão.

Convido para compor a mesa as autoridades que
serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor procurador de Justiça do
Ministério Público de Santa Catarina, doutor
Onofre José Carvalho Agostini, neste ato
representando o excelentíssimo senhor procurador-
geral de Justiça, doutor Sandro José Neis;

Excelentíssimo reverendíssimo presidente da
CNBB Sul 4, e bispo da Diocese de Tubarão, Dom
João Francisco Salm;

Senhora secretária estadual da Pastoral da
Juventude, Maristela de Oliveira;

Senhora membro da Comissão Pró Comitê de
Combate a Tortura, pelo Coletivo Memória, Verdade
e Justiça, a psicóloga Yara Maria Moreira de Faria
Hornke;

Senhora coordenadora arquidiocesana da
Pastoral da Pessoa Idosa, Osvaldina Zucco Weber.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e
senhores, a presente sessão especial, foi
convocada por solicitação do senhor deputado Padre
Pedro Baldissera e aprovada por unanimidade pelos
demais parlamentares em homenagem a Campanha da
Fraternidade, cujo tema é: Fraternidade e
Superação da Violência.

Neste momento, teremos a execução do Hino
Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do hino.)

Registramos ainda com muita satisfação a
presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo reverendíssimo bispo da Arquidiocese de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck;

Reverendíssimo pároco e cúria da Catedral de Florianópolis, Padre David Antônio Coelho;

Senhor coordenador da Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Elson Pereira;

Senhor vereador do município de Itajaí, Beto Cunha;

Senhora presidente da Associação Catarinense dos Conselhos Tutelares, Graziela Cristina Luiz Damascena Gabriel;

Senhora assessora executiva da Conferência dos Religiosos do Brasil, Irmã Maria Arone Rauen, neste ato representando o senhor presidente Irmão Plácio Bohn;

Senhor presidente da Associação da Saúde, Gasparino Martinho Rodrigues;

Senhor presidente da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, Marcos Pinar;

Reverendíssimo capelão imperial do Hospital de Caridade, Padre Pedro José Koehler;

Reverendíssimo capelão militar, tenente-coronel Valdemar Groh;

Senhor coordenador estadual do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Daniel Paz dos Santos;

Senhor representante do Movimento Nacional dos Catadores de Antônio Carlos, Adilson Moré de Farias;

Senhor assessor parlamentar Luiz Modesto, neste ato representando o gabinete do excelentíssimo senhor deputado Cesar Valduga;

Senhora coordenadora do Unegro da Grande Florianópolis, Jussara Lima;

Senhor assessor parlamentar Marcel Salomon, neste ato representando o gabinete do excelentíssimo deputado Dirceu Dresch;

Senhora presidente do Conselho de Renovação Carismática Católica, Thais Juliane Furquim;

Senhor coordenador estadual da Cáritas Brasileira, Gelson Nezi;

Senhor coordenador do Departamento de Aposentados, Rubens de Campos Trovão, neste ato representando a presidente da Associação Catarinense de Professores, Maria de Andrade e Silva;

Senhor chefe de gabinete Marcel Schmitz Gutιά, neste ato representando o gabinete do deputado estadual Neodi Saretta;

Senhora assessora da Saúde e Competitividade, Sílvia Bruseke, neste ato representando o presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, doutor Glauco José Corte.

A seguir convido para fazer uso da palavra, o excelentíssimo senhor deputado Padre Pedro Baldissera, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Senhor presidente, deputado Silvio Dreveck, hoje representando o Poder Legislativo, o qual cumprimento, excelentíssimo senhor procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, doutor José Onofre Carvalho Agostini, neste ato representando o excelentíssimo senhor procurador-geral de Justiça, doutor Sandro José Neis; excelentíssimo e reverendíssimo presidente da CNBB Sul 4, da Diocese de Tubarão, Dom João Francisco Salm; senhora secretária estadual da Pastoral da Juventude, a Maristela de Oliveira; senhora membro da Comissão Pró Comitê de Combate a Tortura, pelo Coletivo Memória Verdade e Justiça, psicóloga Yara Maria Moreira; senhora coordenadora arquidiocesana da Pastoral da Pessoa Idosa, Osvaldina Zucco Weber.

Saúdo todos os bispos, o arcebispo Dom Wilson, os padres, os religiosos, as religiosas, as organizações, através de suas lideranças de todas as pastorais da Igreja do Regional Sul 4 de Santa Catarina. Também saudar de maneira muito especial todos vocês leigos, que no presente ano intitulado como o Ano do Laicato, que está na base e na raiz do enfrentamento a toda e qualquer tipo de violência que está presente no seio da sociedade.

E inspirados no sermão da montanha, e mais propriamente em Mateus, no seu capítulo 13,

versículo 14, onde nos coloca como sal da terra e luz do mundo, todos nós somos desafiados a fazer este enfrentamento e acredito pessoalmente, se nós leigos assumirmos o nosso papel como cristãos e cristãs, ajudaremos a amenizar todo e qualquer tipo de violência que está alicerçada no seio da sociedade. [*Degravação: Taquígrafa Ana Maria*]

Portanto, nada melhor do que trazer presente à temática da campanha da fraternidade dentro do ano que é dedicado ao Laicato, essa grande e importante preocupação que a igreja no Brasil traz.

Em 1982, o antropólogo Darci Ribeiro disse: "Se os governadores não construírem escolas em 20 anos, faltará dinheiro para construir presídios". O único erro na frase é o prazo, porque não levou 20 anos, já entre a década de 80 e 90 a violência explodiu em todo território nacional.

A CNBB foi muito oportuna em escolher o ano de 2018 a superação da violência como tema da Campanha da Fraternidade, isso porque a violência e o ódio ganharam fermento nos últimos anos e avançam não só na vida real, como também no ambiente virtual.

A questão que coloco aqui trata de qual modelo de país nós queremos. E a pergunta que fica a partir das decisões que tomamos no Brasil é esta: Alimentamos um estado de bem estar social ou um estado policial e penal? Este é o questionamento que colocamos por detrás de tudo isto, alimentamos um estado de bem estar social ou um estado policial e penal.

Com 3% da população mundial, o Brasil responde por 13% dos assassinatos no planeta, e a grande maioria formada por jovens, negros e pobres. Somos também um dos países que mais fere e mata mulheres, temos ainda um histórico de agressões a povos originários, e acompanhamos cotidianamente a criminalização de refugiados que buscam aqui a vida que lhes foi negada em seus países de origem.

Em 2005, tivemos no Brasil 48 mil assassinatos, em 2015, 58 mil assassinatos. São mais homicídios do que os ocorridos em 52 países listados na América do Norte, Europa e Ásia

juntos. A Europa inteira, com 743 milhões de pessoas, o triplo da população brasileira teve 22 mil assassinatos em 2015, nós tivemos o triplo no mesmo período.

Todas estas questões, na minha visão, encontram-se interligadas por dois pontos comuns, ausência do estado quando se trata de garantir educação e saúde, por exemplo, a sua presença quando se trata de apertar o gatilho do aparato repressor.

Nesta guerra, infelizmente a vida não vale nada, o que vemos no Rio de Janeiro são famílias e mais famílias dilaceradas pela violência nas comunidades pobres, inclusive, famílias de policiais, foram mais de 100 policiais mortos ao longo de 2017. As múltiplas formas de violência têm também inúmeras causas, mas uma questão fica clara, desigualdade social extrema e violência andam juntas.

A pesquisa, sobre a Formação de Jovens Violentos, e estudos sobre a Etiologia da Violência Extrema, por exemplo, aponta um ponto comum entre jovens com histórico de violência é a evasão escolar. A imensa maioria saiu da escola antes de completar o ensino fundamental. E qual a resposta do estado brasileiro a esta situação? Ela veio na forma da emenda constitucional que congela por 20 anos gastos em educação, saúde e políticas sociais, por outro lado, amplia em mais de 400% os gastos com segurança pública nos últimos dez anos.

Não gastamos recursos para garantir saúde, educação, bem estar e uma cultura de paz, por outro lado, investimos na violência. É essa a questão que coloquei no início da minha fala, o estado social é substituído por um estado penal e policial.

É claro que é fundamental investir em segurança pública, instrumentalizar os policiais, garantir sua integridade física e melhorar cotidianamente a formação dos nossos e das nossas policiais, isso é primordial, é importantíssimo. Mas o que vemos é que esta política de atacar as conseqüências não nos levou a lugar nenhum.

Continuamos vendo a população de trabalhadores e trabalhadoras da segurança morrendo diariamente.

A família, a escola, a comunidade, a igreja, os poderes públicos, é urgente que nos unirmos em clamor pela construção de uma cultura de paz, e isto só é possível com o combate à desigualdade social, e com pleno conhecimento de que o estado de bem-estar depende, em grande parte, de uma sociedade que tenha acesso ao bem-estar.

A falta de comida no prato de milhões de brasileiros é tão grande quanto qualquer outra violência cotidiana, e não para somente ao acesso ao alimento, quando não incentivamos que nas escolas seja debatida a igualdade, o respeito entre homens e mulheres, nós estamos alimentando a violência doméstica.

Enquanto não fizermos a reforma agrária, estamos incentivando a violência no campo, quando não garantimos respeito aos povos originários, estamos permitindo que milhares de índios em todo o país, paguem com sua vida o preço de um progresso que nos leva a mais violência.

Portanto, o caminho para a segurança pública no Brasil passa pela promoção de uma cultura da paz, da reconciliação e da justiça, porque onde houver justiça não há espaço para violência, mas onde está arraigada toda e qualquer tipo de injustiça, aí desponta os mais diferentes sistemas de violência.

A estruturação da política e o fortalecimento do aparato de segurança sozinho, não colocam comida na mesa de quem precisa, e nem levam para a escola os jovens que se afastam dos estudos. Enquanto não combatermos os sintomas, continuaremos vivendo a doença da violência, e é esta que temos que superar, atacando na sua origem, buscando as causas e não ficar nos desdobramentos e nas conseqüências.

E nesse sentido concluo dizendo, de que no ano Laicato estamos sendo interpelados exatamente para criar uma cultura de paz, e ela só é possível se antes disso pudermos proporcionar uma condição de justiça a todas as camadas e relações sociais.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Obrigado pelas palavras deputado Padre Pedro Baldissera, falou com muita segurança, certeza e propriedade de quem conhece a nossa realidade brasileira. *[Degravação: Iago Zilli]*

Neste momento, convido o mestre de cerimônias para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Senhoras e senhores, boa noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta homenagem à Campanha da Fraternidade 2018: "Fraternidade e a Superação da Violência".

Convido o primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina deputado Silvio Dreveck juntamente com o deputado estadual Padre Pedro Baldissera para fazer a entrega das homenagens.

A CNBB Regional Sul 4 é uma representação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em Santa Catarina. Com 48 anos de presença em nosso estado, a igreja catarinense realiza e incentiva a Campanha da Fraternidade ao longo de todo o período quaresmal. Em comunhão com a CNBB nacional procura despertar às pessoas e na sociedade, o espírito de solidariedade, fraternidade e justiça, por meio de debates e ações concretas propostas pelas Campanhas da Fraternidade. Desta forma, convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor presidente da CNBB Regional Sul 4, Bispo Dom João Francisco Salm.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Peço ao reverendíssimo que permaneça à frente, por favor.

Dando continuidade à solenidade, o Parlamento catarinense presta homenagem às dioceses catarinenses pelo compromisso e dedicação de todos os párocos, clérigos e leigos da jurisdição em prol da Campanha da Fraternidade.

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Tubarão, Dom João Francisco Salm.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor arcebispo da Arquidiocese de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo seminarista da Arquidiocese de Joinville, Edmilson Conzati.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Caçador, Dom Severino Clasen.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Chapecó, Dom Odelir José Magri.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Blumenau, Dom Rafael Biernaski.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Joaçaba, Dom Mário Marquez.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o seminarista da Diocese de Lages, Pablo Roberto de Oliveira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Rio do Sul, Dom Onécimo Alberton.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Criciúma, Dom Jacinto Inácio Flach.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o Parlamento catarinense fará entrega de certificados às instituições que contribuem para o fortalecimento dos ideais da Campanha da Fraternidade.

Convido para receber o certificado o senhor Valdir Gugiel, da Rede Marista de Solidariedade, e a educanda Maria Vitória Furtado.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora secretária estadual da Pastoral Carcerária do Regional Sul 4, Virgínia Maria de Oliveira.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora presidente da Rede de Desenvolvimento Comunitário Casa de Gente, Janaina de Liz.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor coordenador da Associação Vida Nueva, padre frei Rogério Rubick.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado, representando o Movimento Nacional de Direitos Humanos - SC, a senhora Celina Duarte Rinaldi e o senhor Danilo Campo.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora secretária regional da Pastoral da Juventude do Regional Sul 4, Maristela de Oliveira Freitas.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor coordenador de finanças da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar, Fetraf-SC, Marcos Rozar.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor coordenador da Pastoral O Migrante da Arquidiocese de Florianópolis, reverendo padre Sergio Olivo Geremias.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor presidente do Instituto Catarinense de Juventude, Juliano Carrer.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado representando a Marcha Mundial das Mulheres, a senhora Marlete Oliveira.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora presidente da Cooperativa Comunicacional Sul-Desacato, Rosangela Bion de Assis.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado, representando o Pró Comitê de Combate e Prevenção a Tortura, a senhora Missia Mesquita.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora presidente da União de Negros pela Igualdade - Unegro, Kaionara Aparecida dos Santos.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado, representando o Instituto Vilson Groh, o reverendo padre Vilson Groh.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora coordenadora técnica da Central de Penas e Medidas Alternativas, Wanderleia Maria Machado.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado, representando as irmãs da Fraternidade e Esperança de Santa Catarina, irmã Rosina Santina Parmigiani.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado representando o Instituto Arco-íris, a irmã Manuela Passo Martins.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas) [*Degravação: Cinthia de Lucca*]

Convido para receber o certificado, representando a Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares, ACCT, a senhora Graziela Cristina Luiz Damacena Gabriel.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Agradecemos aos senhores deputados pela entrega das homenagens.

Dando continuidade à solenidade, teremos uma apresentação cultural pelo jovem da Pastoral Juvenil Marista, Eliseu Alves.

O JOVEM ELISEU ALVES - Boa-noite a todos!

(Passa a ler.)

"Brasil está em estado de emergência, colocamos na UTI, mas está em decadência.

Está faltando sapiência, pensa.

Foco no lucro, parece não ter consciência desse ato desumano que escraviza tanta gente mano.

Não! Não, são capazes de admitir, tanta desigualdade que meu povo sofre por aqui, mas não vou me redimir,

Vou lutar, sou mais um filho de Zumbi, mais um pantera bolado.

Vou vingar cada ancestral, que pelo senhor de engenho foi escravizado, esta é por cada preto que foi discriminado, limitado de sonhar, sua realidade torragem. Tem que ser forte para aguentar.

Queria ver vocês no meu lugar, diante de tanta dificuldade não matutariam duas vezes antes de traficar, então parem de me julgar. O mundo dá voltas e não sou eu que vou cobrar.

Cuidado com o carma."

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Na sequência, ouviremos a execução do Hino da Campanha da Fraternidade 2018.

Muito obrigado!

(Procede-se à execução do hino.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Convido para fazer uso da palavra o senhor coordenador estadual da Pastoral Carcerária, da Regional Sul 4, padre Almir José Ramos.

O SR. PADRE ALMIR JOSÉ RAMOS - Caríssimo deputado Padre Pedro Baldissera, caríssimos demais deputados e demais componentes da mesa, caríssimos senhores bispos, padres, religiosos, religiosas, povo de Deus aqui presente, representantes das diversas pastorais e movimentos sociais, e também as diversas entidades que lutam pelo fim da violência.

Com o objetivo de construir a fraternidade promovendo a cultura da paz, da reconciliação e da justiça à luz da palavra de Deus, como caminho de superação da violência, a CNBB convida a todos nós, católicos, e também a sociedade e outros órgãos, outras igrejas, inclusive aqueles que quiserem somar a nós nesta campanha, para refletirmos juntos e buscarmos caminhos para a superação da violência.

Sabemos que, no Congresso Nacional vem ganhando fôlego propostas simplistas e potencialmente danosas para resolver o problema da violência. Destacam-se entre vários os projetos que pretendem aumentar a disponibilidade e o acesso às armas de fogo, ignorando os enormes avanços obtidos na redução da criminalidade, após entrar em vigor o estatuto do desarmamento. Outros projetos defendem a redução da idade penal, confundindo justiça com revanche da sociedade contra o criminoso, ao invés de se ocuparem com a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou de buscar formas de inserir esses adolescentes e jovens em programas de educação, cultura e esporte, dentre outros.

Quando falamos de violência imediatamente nosso olhar se volta para dois espaços, ou melhor,

para duas direções: as favelas e os presídios. No entanto, sabemos que estes dois espaços que erroneamente estão no imaginário popular como espaço de geração de violência, são lugares onde há menos violência do que em espaços que imaginamos serem locais de harmonia e paz. Os presídios e as favelas são espaços em que por diversas razões culturais, históricas e, acima de tudo, socioeconômica, são lugares de discriminação e exclusão. As pessoas que residem nestes espaços são muitas vezes rotuladas como geradoras de violência e, por isso, segregadas para manter a ordem e a paz, apesar de ser mais difícil caracterizar. A violência no Brasil está relacionada a modelos de organização e a práticas sociais que alcançam um nível institucional e sistemático de produção e perpetuação de modos de vida violentos.

Historicamente, o próprio estado brasileiro age, através dos séculos, de modo a reiterar situações geradoras de violência, sobretudo no que tange à desigualdade, à exclusão, à falta de investimento em saúde e educação, infraestrutura e outros serviços básicos podem ser, portanto, uma das principais raízes dessa forma de violência, com presumíveis repercussões na produção de casos de violência direta.

Da forma como a violência é tratada, sobretudo na mídia e pela mídia, torna-se fácil associar o quadro de violência no Brasil à atitude criminosa, em particular, ao tráfico de drogas. No entanto, estudos feitos a partir de inquéritos policiais mostram uma grande proporção de assassinatos cometidos por impulso ou por motivos fúteis, como ciúmes, desavenças entre vizinhos, desentendimentos no trânsito e outras formas de conflito.

A violência cultural opera de diferentes maneiras, naturaliza as desigualdades, inverte relações de causa e efeito, reduz ao silêncio as contradições da sociedade. Cria-se o imaginário social de acordo com o qual a violência direta e estrutural é tratada como consequência natural do mau procedimento das vítimas. A violência,

portanto, deixa de ser vista como tal e passa a ser considerada como algo normal, para dar cobertura a essa desigualdade na forma como uma norma que afeta os cidadãos. E as leis, por vezes, são elaboradas de maneira abstrata e incompreensível. A violência no Brasil não é um fato pontual, desde o período colonial foi sendo constituído um arranjo social, no qual certas categorias de pessoas recebiam um tratamento melhor do que as outras.

Existem, hoje, no Congresso Nacional parlamentares identificados com segmentos econômicos e sociais fortemente interessados em propostas potencialmente geradoras de violência. Destacam-se principalmente as propostas que dificultam ou impedem a reforma agrária, a demarcação das terras indígenas e outros povos tradicionais, as que restringem a legislação ambiental e as que facilitam a liberação do uso de agrotóxicos, nestas e em diversas outras medidas prevalece o interesse do ganho econômico para pequenos grupos em detrimento do benefício de toda a população.

Encorajado pelo contexto econômico o governo brasileiro tem encaminhado várias reformas, boa parte delas têm dado mais importância ao mercado do que as pessoas. Outro fenômeno que caracteriza a política nos últimos anos é a criminalização dos movimentos sociais que têm pontos de vista diversos sobre as propostas que vem sendo aprovadas e a consequente retração nos direitos dos cidadãos. No que diz respeito às vítimas da violência, os números são alarmantes, porém mais alarmante ainda é perceber a violência atingir diretamente pessoas ou grupo de pessoas devido a sua cor, ou a sua raça, ou a sua condição social ou sua opção sexual, ou mesmo a sua origem.

Percebe-se, principalmente, uma crescente onda de violência com relação aos negros, às populações tradicionais como os indígenas e quilombolas e, também cresce, assustadoramente a violência contra a mulher, as crianças e os idosos. Outro grupo de pessoas, constantemente ameaçados pela violência, são os imigrantes. Também, no que diz respeito à

questão religiosa é muito forte a violência, principalmente, contra a religião de matriz africana. [Taquígrafa: Sílvia]

Por fim, um grupo bastante atacado é o grupo LGBT. O mapa da violência de 2016, a comparar os anos de 2003 a 2014, constata que houve uma queda de 26% das pessoas brancas que foram vítimas de homicídio por arma de fogo. Portanto, comparando estes números, o número de pessoas negras vitimadas dessa mesma forma cresceu 46%.

Entre os jovens também não é diferente, o número de jovens assassinados permeia de 1980 a 2014, em aproximadamente 50%, e a faixa etária gira em torno de 15 a 24 anos. Entra as vítimas predominam os homens, mas também há um aumento grande de assassinatos de mulheres, geralmente, os homicídios relacionados às mulheres acontecem nas suas casas e dos homens acontecem mais nas ruas.

O tráfico de pessoas também é outra forma de violência contra o ser humano. Pessoas que defendem este tipo de tráfico sofrem também igualmente as consequências da violência, como é o caso da irmã Marie Enriqueta Cavalcante, no Pará, uma religiosa que defende e busca salvar meninas vítimas da prostituição. Enfim, 75% das vítimas do tráfico de pessoas são mulheres.

Em face deste cenário o que se constata é o recrudescimento da violência no campo, com aumento exponencial das mortes e a prevalência da impunidade. Todas as mortes de violência no campo, mapeadas pela CPT, Comissão Pastoral da Terra tiveram aumento expressivo comparando os anos de 2015/2016.

Quanto à violência relacionada ao tráfico de drogas, a guerra às drogas, criminaliza os pequenos varejistas e o usuário, favorecendo os grandes empresários de drogas e o sistema financeiro internacional.

Além disso, o debate sobre as drogas, tem se centrado em questões de cunho moralista e preconceituoso, enquanto o álcool, substância que causa mais problemas, e custa muito dinheiro ao sistema de saúde público, é aceito e legalizado. Os usuários de outras drogas são estigmatizados e

punidos. O resultado da guerra às drogas produziu em termos mundiais o incremento da indústria armamentista, mais mortes em conflitos entre policiais, usuários e traficantes, resultam em mais prisões, mais criminalização de extratos sociais empobrecidos.

O impacto do aprisionamento em massa decorrente do tráfico de drogas se tornou um problema mundial devido à guerra as drogas. Portanto, podemos dizer que os índices de dados superam de longe a ideia de que somente nas favelas, ou nas unidades prisionais se têm focos de violência.

No que diz respeito ao sistema prisional, o Brasil, ostenta, o nada honroso, terceiro lugar, com a maior população carcerária do mundo. São 715 mil pessoas, vivendo em situação de privação de liberdade. Nós estamos perdendo apenas para os Estados Unidos e a China. Ultrapassamos, recentemente, a Rússia.

Segundo, a Pastoral Carcerária, se os índices de aprisionamento continuar no ritmo em que estão em 50 anos, para cada 10 pessoas, uma pessoa será presa no Brasil. As prisões brasileiras, longe de serem espaços de ressocialização, mais parecem com masmorras medievais. Homens e mulheres estão enterrados vivos atrás daqueles muros altos. Lá dentro predominam as leis da cadeia: Maus-tratos, torturas, a falta de alimentação, de remédios, de assistência à saúde e de trabalho. São rotinas diárias do sistema prisional.

O sistema prisional brasileiro é um sistema falido. Temos um Poder Judiciário retrógrado, conservador, seletivo e cruel. Temos também os dados que são muito claros de que o encarceramento em massa está longe de diminuir a violência, ao invés de diminuir, só tende a aumentar cada vez mais. Dentro de 100 anos, talvez menos, quando as gerações futuras olharem para trás, elas sentirão vergonha da geração atual. Elas vão sentir vergonha de como nós tratamos os prisioneiros. Assim como, nós sentimos vergonha, talvez, dos campos de concentração, ou do período da escravidão.

E, olhando para o estado de Santa Catarina, que têm mais de 20 mil pessoas presas, nós percebemos que o estado precisa com urgência de defensores públicos, que está muito aquém da necessidade. Nós precisamos de menos presídios privatizados, que são um horror, principalmente, à Pastoral Carcerária. Precisamos, urgentemente, acabar com a revista vexatória, que é uma vergonha em Santa Catarina, ainda existir revista vexatória, onde os familiares dos presos precisam tirar as roupas e ficarem nus em cima de um espelho para poder adentrar no sistema prisional. Isso é uma humilhação terrível! A Pastoral Carcerária já protocolou na ONU, inclusive, pedido para que se acabe com isso no Brasil.

É preciso políticas públicas, sóbrias e robustas, mudanças estruturais para resolver o problema. Não vamos resolver a questão da violência construindo presídios e armando a população. É preciso construir escolas, dar oportunidades para que os jovens acessem o mercado de trabalho, ao esporte, o lazer e educação de qualidade. É preciso investir na justiça restaurativa, substituindo por esta justiça penal que aí está. É preciso investir nas penas e nas medidas alternativas, que tem dado certo aqui no estado.

No que diz respeito à saúde pública de qualidade, é outro problema sério em Santa Catarina, onde a violência é cometida diariamente, e ela pode ser sentida quando nós percorremos os corredores dos hospitais, de modo especial, o Hospital Regional de São José, o Hospital Governador Celso Ramos e o Hospital Universitário.

A sensação que temos quando adentramos nestas unidades, é que nós tivemos uma guerra e de que todos os feridos foram levados para aqueles ambientes, tanto as emergências, quanto os ambulatórios. Multidões de pessoas, diariamente, se deslocam de todas as regiões de Santa Catarina, a partir das 4h da manhã, os carros da saúde param na frente dos hospitais despejando pessoas, seres humanos, idosos, deficientes físicos, crianças, gestantes, que ali ficam o dia inteiro largados

esperando por uma consulta, que muitas vezes é desmarcada. Voltam na semana seguinte, e na semana seguinte é desmarcada, e voltam na próxima. E, assim passam dias, meses, até anos, nessa fila de espera. É uma violência terrível contra os seres humanos. Uma vergonha para um estado desenvolvido como Santa Catarina.

Outra forma de violência terrível que nós catarinenses enfrentamos todos os dias também, diz respeito ao trânsito, e nós sabemos disso quando adentramos na ilha de Santa Catarina, a ilha da magia. Temos que enfrentar este horror que é o trânsito de Santa Catarina, e nós temos ala inteira no Hospital Regional com acidentados de motos, por causa do trânsito. A culpa é deles? Talvez, sim! Mas, não só deles, é de quem é responsável para resolver o problema e não resolve. O trânsito caótico é uma luta diária pela sobrevivência nestes espaços.

Para resolver o problema na violência é necessário, sobretudo, vontade política e organização popular. Não podemos mais aceitar que jovens continuem morrendo vítimas do tráfico de drogas. Não podemos mais ficar calados diante de uma mídia, que ao invés de informar, desinforma. Que ao invés de ajudar construir paz é geradora de violência.

Não podemos mais aceitar a criminalização e perseguição dos movimentos e pastorais sociais. Não podemos mais conviver com tantas mortes no trânsito devido à ausência de planos audaciosos para resolver o caos nas estradas. Não, podemos mais conviver com a polícia militarizada. Nós temos no Brasil a polícia que mais morre fora do serviço e a polícia que mais mata, quando deveria proteger as pessoas na busca pela paz. Muito frequentemente, há uma ênfase, ao combate a violência direta, que se eliminada promoveria a paz. Destaca-se aqui, portanto, a importância do enfrentamento não somente da violência direta, mas das violências estruturais e culturais em busca de uma paz positiva e sustentável.

Por certo, a paz não será alcançada por mera obediência e submissão a normas, pelo medo das

sanções a determinados comportamentos rechaçados, ou pela segregação de pessoas e grupos. É preciso construir uma sociedade que pautada na justiça deseje a paz.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Convido para discorrer sobre o tema da Campanha da Fraternidade 2018, o reverendíssimo bispo, presidente da CNBB Regional Sul 4, Dom João Francisco Salm.

O REVERENDÍSSIMO BISPO DOM JOÃO FRANCISCO SALM - Srs. Deputados, Silvio Dreveck e Padre Pedro Baldissera; demais componentes da Mesa; senhor Arcebispo metropolitano Dom Wilson Tadeu Jönck; cumprimentar os demais bispos da nossa Regional Sul 4; senhor secretário executivo Padre Luciano dos Santos; os senhores padres, diáconos, religiosos e religiosas, seminaristas e demais autoridades; cristãos e cristãs leigos e leigas do Sol da Terra e Luz do Mundo.

O Regional Sul 4, da CNBB, se alegra e agradece pela homenagem que lhe é prestada por esta Casa. Porém, mais do que por receber a homenagem o que conta aqui é o significado desta sessão neste local, tendo como motivo a Campanha da Fraternidade, sobretudo o seu clamor. A superação da violência, porque somos todos irmãos.

Reforço o argumento, "é porque somos todos irmãos"! E pela mesma razão, porque somos todos irmãos, neste local, não cabe outra coisa, motivação ou interesse, a não ser a fraterna preocupação com o bem comum. Ao falar de violência, vem-nos a lembrança apenas como exemplos a prática de agressões físicas contra pessoas, a intenção de fazê-las sofrer e até de matá-las.

Falando de violência pensamos no uso da força ou da intimidação moral contra quem quer que seja. O cerceamento da justiça e do direito coagindo e oprimindo os indefesos, o desrespeito à vida direto ou indiretamente, o modo irresponsável de como tratamos nossa casa comum, o meio ambiente, a

violência está sempre pronta a manifestar-se desde formas muito sutis, como um gracejo, um comentário que ridiculariza e destrói até atos notoriamente hediondos. Mas, não nos esqueçamos da mentira, da informação falsa, da violência da língua, do mau uso de ferramentas poderosas como as redes sociais, do jogo e de práticas de interesses egoísticos. Também, a indiferença e a omissão podem ser terríveis e detestáveis.

O comportamento humano muitas vezes nos deixa perplexos. [*Degravação: Taquígrafa Cida*]

O homem, que é capaz de dar a vida em lugar de um pai de família condenado a morrer de fome, ao mesmo tempo, é capaz de construir máquinas de matar e destruir sem dó nem piedade. Assim a violência, ser humano contra ser humano, nos põe, dentre tantas, uma pergunta inevitável: Quem é o homem?

Depois de experimentar as atrocidades da guerra e o caos trágico dos campos de concentração de Auschwitz e Dachau, no dia 25 de março de 1949, em Viena, Viktor Frankl, faz esta indagação: Quem é o homem? E ele mesmo comenta: Nós o conhecemos do campo de concentração, onde tudo que não lhe era essencial foi jogado fora. Sobrou o que ele não pode ter, mas o que deve ser. O que ficou foi o próprio homem em sua essência, queimado na dor, dissolvido pelo sofrimento, o elemento humano em sua quinta-essência. Em seguida, ele responde: O homem é a criatura que inventou a câmara de gás, mas, ao mesmo tempo, é a criatura que foi para a câmara de gás de cabeça erguida, rezando o Pai Nosso, ou com uma prece dos judeus nos lábios. Também isto é o homem.

Mas, na *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco faz uma pergunta instigante: Quais são as pessoas que, no mundo atual, se preocupam mais com gerar processos que construam um povo, do que como ter resultados imediatos que produzem ganhos políticos fáceis, rápidos e efêmeros, mas que não constroem plenitude humana?

Pois bem, estamos aqui neste areópago, revestido de tanto simbolismo, espaço de tantas

discussões entre representantes do povo por ele eleitos, e por ele incumbidos de buscarem o bem comum por meio de políticas públicas e a qualquer preço, porém sempre com honestidade, promovendo a cultura da justiça, da reconciliação e da paz. Cheios de esperança, juntemos então, todos nós, as forças que temos, no empenho por gerar processos que superem a violência, que promovam um mundo melhor, uma sociedade justa e fraterna, um tempo novo.

A violência é um flagelo que nos envergonha demais, o esforço por superá-la, porque somos todos irmãos, constrói fraternidade, enche-nos daquela luz que dá sentido à vida, que permite ver e distinguir caminhos, seguir em frente, transformando-nos em homens e mulheres novos, cujo modelo é, para nós cristãos, Cristo que superou a morte.

Ao Parlamento catarinense, e a todos vocês que aqui vieram e que se empenham na superação da violência.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - A Assembleia Legislativa sente-se honrada, e reconhece esta sessão especial proposta pelo colega deputado Padre Pedro Baldissera, oportunidade em que, como acabou de dizer o bispo Dom João Francisco com muita sabedoria, nós atravessamos esta violência, essa inversão de valores que cada dia avança mais. E certamente, esta Campanha da Fraternidade vai pelo menos amenizar, e quero crer que muitas pessoas poderão refletir o que representa para cada um de nós, no momento em que devemos dar a nossa contribuição.

Todos que nos antecederam falaram com muita propriedade da falta de políticas públicas, mas acredito que a Igreja, com sua inteligência, com o seu preparo que tem na formação de todos os religiosos, vai despertar a atenção especial para todos os brasileiros. E nós, em Santa Catarina, não poderíamos deixar de reconhecer o grande trabalho que é feito pela CNBB, e não poderia ser

mais do que oportuno, esta decisão da Campanha da Fraternidade: Superação à Violência. Todos Somos Irmãos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Antes de fazer o encerramento, gostaria de passar a palavra ao deputado Padre Pedro Baldissera, para fazer alguns esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Não poderia deixar de registrar a presença do vereador da capital, o Marquito, saudando-o e desejando uma boa estada entre nós.

Mas não poderia deixar de registrar, de maneira especial, de uma atividade como esta, que nós estamos aqui realizando, o falecimento do nosso irmão de caminhada de igreja, o padre Luiz Fachini. Aliás, a ausência do bispo de Joinville se justifica exatamente pela passagem do acontecimento.

E quando nós aqui estamos evidenciando o tema do combate à violência, eu acredito que a figura do padre Luiz Fachini nos reporta também, através da sua ação prática, do seu envolvimento enquanto cidadão, pois tem dado um testemunho muito forte, muito grande, marcante, para todos nós, irmãos e irmãs, filhos e filhas.

Então, este reconhecimento a toda sua dedicação, ao seu trabalho, dizer também que o velório do padre Fachini será na Paróquia Cristo Ressuscitado, à Rua Guararapes, n. 100, Bairro Floresta, e a missa de corpo presente será no dia seis de março, a partir das 16h, na Catedral Diocesana de Joinville.

Então, aqui fica o registro, a nossa solidariedade a toda Diocese de Joinville e da igreja, igreja povo de Deus, a qual ele tem tido um trabalho exemplar, e que ele possa celebrar a sua Páscoa definitiva junto ao Cristo Ressuscitado, que nos apela e nos interpela a superar todo e qualquer tipo de injustiça e, portanto, superando as injustiças, nos estaremos superando a situação de violência que está presente em todas as dimensões da sociedade.

Também, ao mesmo tempo, nós temos uma importante exposição no *hall* desta Casa, promovida pelo Gapa, de Chapecó, que vai até dia 16 de março, retratando a violência contra a mulher, cujo tema é Um Olhar Anterior, um desafio que nos é proposto.

Também a nossa gratidão a todos vocês que aqui compareceram a esta sessão especial, os religiosos, as religiosas, diáconos, seminaristas, as estudantes que se preparam para serem irmãs, os nossos padres, e de maneira especial, aos bispos, que estão num encontro em nível de Regional Sul-4, mas que aqui estão presentes, enriquecendo ainda mais esta atividade do Parlamento.

Então, que todos vocês voltem para casa, com alegria, com força, e revestidos de esperança, porque os desafios continuam. Nós temos que nos irmanar para que possamos sair vitoriosos deste processo todo, como nos alega e nos diz o lema da Campanha da Fraternidade: Vós sois todos Irmãos. Todos somos Irmãos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Senhoras e senhores, a Presidência agradece a presença das autoridades e de todos que nos honraram com o seu comparecimento nesta noite.

Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. [Degravação: Taquígrafa Sara] - [Revisão: Taquígrafa Ana Maria]